

Bancas de Heteroidentificação e o Enegrecimento da Universidade: Políticas de Igualdade Racial na UFMT em Perspectiva Anticolonial

 Silviane Ramos Lopes da Silva¹  Karla Cristina de Sousa Oliveira²

^{1, 2} Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Programa de Pós-Graduação em História. R. Quarenta e Nove, 2367. Cuiabá-MT. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: silviane.ramos@gmail.com

RESUMO. Este artigo analisa a importância das bancas de heteroidentificação racial na Universidade Federal de Mato Grosso como instrumentos de promoção da igualdade e enfrentamento ao racismo institucional. A partir de uma perspectiva anticolonial e feminista negra, evidencia-se como essas bancas fortalecem o enegrecimento dos espaços acadêmicos, garantindo acesso, permanência e reconhecimento das pessoas negras. Fundamentado em experiências e saberes produzidos por intelectuais negras e latino-americanas, o estudo demonstra que as bancas constituem práticas de resistência e afirmação política, contribuindo para a desconstrução das hierarquias raciais e epistêmicas que estruturam a universidade brasileira.

Palavras-chave: banca, heteroidentificação, enegrecimento.

Ethnoracial identification committees and the Blackening of the University: Racial Equality Policies at UFMT from an Anticolonial Perspective.

ABSTRACT. This article analyzes the importance of racial verification committees at the Federal University of Mato Grosso as instruments for promoting equality and confronting institutional racism. From an anticolonial and Black feminist perspective, it highlights how these committees strengthen the Blackening of academic spaces by ensuring access, retention, and recognition of Black individuals. Grounded in the experiences and knowledge produced by Black and Latin American intellectuals, the study demonstrates that these committees represent practices of resistance and political affirmation, contributing to the deconstruction of the racial and epistemic hierarchies that structure the Brazilian university.

Keywords: committee, racial verification, blackening.

Comités de Heteroidentificación y el Ennegrecimiento de la Universidad: Políticas de Igualdad Racial en la UFMT desde una Perspectiva Anticolonial.

RESUMEN. Este artículo analiza la importancia de los comités de heteroidentificación racial en la Universidad Federal de Mato Grosso como instrumentos para promover la igualdad y enfrentar el racismo institucional. Desde una perspectiva anticolonial y feminista negra, se evidencia cómo estos comités fortalecen el ennegrecimiento de los espacios académicos, garantizando el acceso, la permanencia y el reconocimiento de las personas negras. Basado en experiencias y saberes producidos por intelectuales negras y latinoamericanas, el estudio demuestra que los comités constituyen prácticas de resistencia y afirmación política, contribuyendo a la desconstrucción de las jerarquías raciales y epistémicas que estructuran la universidad brasileña.

Palabras clave: comité, heteroidentificación, ennegrecimiento.

Introdução

A universidade pública brasileira é um campo em disputa. Historicamente, ela foi edificada sobre as bases da exclusão racial, epistemológica e social, reproduzindo os valores da branquitude como norma de saber, de presença e de pertencimento (Gonzalez, 2020; Ribeiro, 2019). O acesso da população negra ao ensino superior, portanto, é um marco político que tensiona a estrutura da própria universidade e desafia seus fundamentos coloniais.

Neste contexto, as bancas de heteroidentificação racial surgem como instrumentos de garantia da efetividade das ações afirmativas, especialmente após o aumento das denúncias de fraudes no sistema de cotas raciais. Este artigo propõe uma análise crítica da implementação e dos impactos dessas bancas na UFMT, considerando suas contribuições para o enegrecimento do campus universitário e para a permanência e sucesso de estudantes negros e negras no estado de Mato Grosso.

A implementação das políticas de ações afirmativas nos processos seletivos de ingresso das instituições públicas federais brasileiras, ocorreu a partir da Lei nº 12.711/2012 e alterações, da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2012, garantindo assim aos candidatos e as candidatas a total e irrestrita efetividade na observância da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Tais implementações foram uma grande vitória, fruto da atuação histórica de movimentos sociais negros e indígenas. Nos primeiros anos de implantação do sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, muitos acreditavam que a autodeclaração étnico-racial seria suficiente para assegurar o lugar de pretos, pardos e indígenas no percentual de vagas ofertadas pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) via Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e dos vestibulares que ainda são realizados por algumas universidades que não aderiram ao SiSU. Contudo, verificou-se a necessidade de implantação de sistema de aferição das autodeclarações nos processos seletivos a partir da criação de comissões de heteroidentificação. Tais comissões têm se tornado uma realidade coibindo possíveis fraudes, assegurando o direito de acesso de estudantes que fazem jus ao sistema de ações afirmativas. Nessa perspectiva, há um número significativo de pesquisas que analisam os modos de implantação dessas comissões, considerando metodologias e procedimentos tais como: Santos (2020); Santos (2021a); Dias e Tavares Júnior (2018); Fontoura (2018); Vaz (2018); Fonseca e Costa (2019), dentre outros.

A abordagem aqui adotada parte de uma perspectiva anticolonial, centrando autorias negras e latino-americanas, que pensam a educação como campo de disputa e de emancipação (hooks, 2013; Quijano, 2005; Gomes, 2017). Busca-se, portanto, compreender como a política de

heteroidentificação se insere em um projeto maior de justiça racial e epistêmica.

Heteroidentificação e Justiça Racial: Enquadramento Teórico Anticolonial

A colonialidade do poder, tomando como referência o conceito formulado por Quijano (2005), nos evidencia em teoria a compreender como o racismo foi historicamente articulado à constituição dos sistemas de dominação, classificando os corpos e os saberes a partir da raça. No Brasil, essa lógica se enraizou na idéia de democracia racial, que, como denuncia Lélia Gonzalez (2020), funcionou como um véu ideológico que silenciou o racismo estrutural e negou a identidade negra como legítima.

Segundo o Observatório do Terceiro Setor (2025), a ideia de democracia racial se consolidou a partir da década de 1920, onde intelectuais e políticos defendiam a tese de um país em que a sua maior riqueza era a diversidade cultural, onde expressões como samba e a capoeira eram considerados símbolos da identidade mestiça do Brasil. Gradualmente, esse discurso foi adotado por diferentes governos como uma forma de promover a unidade nacional e reforçar a ideia de um país diverso. Sabemos que tanto o samba como a capoeira eram rechaçados na época escravagista, pois representavam a rebeldia do povo negro sob a perspectiva da cor dominante. A capoeira chegou a ser considerada crime previsto no Código Penal Brasileiro de 1890, dois anos após a assinatura da Lei Áurea, e seguiu assim até 1937, quando Getúlio Vargas assistiu a uma apresentação de roda de capoeira, se encantou e ela foi legalizada. A Roda de Capoeira foi registrada como bem cultural pelo IPHAN no ano de 2008, com base em inventário realizado nos estados de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro. E em novembro de 2014, recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Já o samba não chegou a ser criminalizado, mas era marginalizado, pois a grande maioria dos ex-escravizados que viviam em situação de vulnerabilidade utilizavam o samba e a capoeira como formas de expressão cultural e até defesa pessoal.

Conforme destacou o jornal Correio Braziliense (2020), o percurso da capoeira, do banimento à consagração, revela uma história de resistência e reinvenção. Atuando como ponte entre passado e presente, a capoeira dialoga com diferentes gerações, promovendo integração social e valorização da memória coletiva negra. O reconhecimento internacional reforça o compromisso de preservar essa expressão tão singular, marcada pela musicalidade, expressão corporal e conexão com as raízes africanas do Brasil.

Neste cenário, as ações afirmativas, como as cotas raciais, são estratégias de enfrentamento ao epistemicídio e ao genocídio simbólico da população negra. Como afirma Gomes (2017), as políticas de cotas não se limitam ao ingresso, mas afirmam a presença e o valor da identidade negra na universidade, exigindo o reconhecimento de seus saberes, trajetórias e modos de existência.

Contudo, a implementação das cotas revelou uma nova face da desigualdade: a fraude por parte de pessoas que, sem autodeclaração racial compatível, se beneficiavam das vagas destinadas à população negra. A heteroidentificação, neste contexto, é uma resposta institucional que reafirma a centralidade do pertencimento fenotípico-racial na política de cotas, garantindo que ela cumpra sua função reparadora (Carneiro, 2005; Munanga, 2010).

A Experiência da UFMT: Escurecimento e Enegrecimento dos Campus

Na Universidade Federal de Mato Grosso, as bancas de heteroidentificação foram implementadas a partir de 2019 como parte das exigências do Ministério da Educação e das recomendações da Controladoria-Geral da União, diante de crescentes denúncias de fraudes nos processos seletivos ingresso nos cursos de graduação com reserva de vagas para Pretos, Pardos e Indígenas (PPI). Esse processo, porém, não foi apenas técnico-administrativo: ele envolveu intensos debates políticos e epistêmicos. Anterior a essa implementação, a autodeclaração do(a) candidato(a) era admitida sem a realização do processo de confirmação de veracidade, o que impactou sobremaneira na elevação do número de ingressantes Brancos que se autodeclararam “Pardos”.

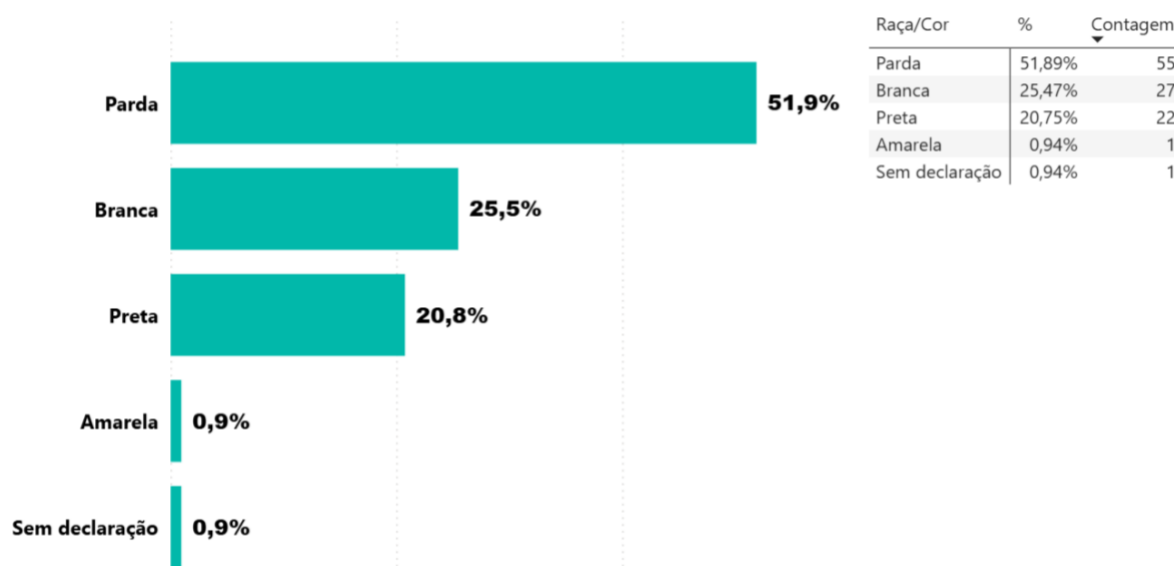
A pesquisadora e mestranda Karla Cristina de Sousa Oliveira atua desde 2019 como membro da Comissão de Heteroidentificação da UFMT dos Campus Cuiabá e Várzea Grande, participa de bancas de processos seletivos/concursos, e durante as atividades de aferição de veracidade da autodeclaração pôde se perceber desconhecimento por parte dos candidatos quanto a forma de atuação das bancas, por se tratar de uma etapa recém-incluída à época, classificatória no ingresso dos cursos de graduação via Sistema de Seleção Unificado (SiSU), que consiste na análise complementar posterior a autodeclaração por intermédio das características fenotípicas apresentadas. Até a forma de se autodeclarar sofreu interferências pela falta de conhecimento sobre o colorismo, pois os candidatos que não se enxergavam como Brancos por levar em consideração o genótipo, se autodeclaravam Pardos para concorrer às vagas destinadas aos Negros.

Com a instituição das bancas, percebeu-se um aumento significativo na presença de estudantes negros e negras em cursos historicamente brancos, como Medicina, Direito e as Engenharias. Esse escurecimento do campus provocou um impacto direto na ambiência universitária.

A presença negra passou a ser visível, insurgente, disruptiva. Mais do que números, trata-se de corpos que, como afirma bell hooks (2013), desafiam as estruturas racistas com sua existência e saber.

De acordo com dados do Painel de Indicadores da Pró-reitoria de Planejamento da UFMT, no ano de 2024, do total de 446 ingressantes nos cursos de Arquitetura e Urbanismo Engenharia Civil, Elétrica, Sanitária e Ambiental, Direito e Medicina no formato presencial do Campus Universitário de Cuiabá, 44,6% dos candidatos se autodeclaravam Pardos, 41,5% Brancos, 11,4% Pretos, 1,3% Amarelos e 1,1% sem declaração de raça/cor. Ao analisarmos os dados apresentados, constatamos um aumento do percentual de ingressantes Negros (pretos ou pardos) na UFMT nos cursos com a concorrência elevada, o que aumenta também o percentual total de ingressantes por cotas raciais no computo geral, subdividido por cursos da Área Básica, Bacharelado e Licenciatura, conforme podemos verificar a seguir:

Gráfico 1 – Percentual dos ingressantes nos cursos de graduação na área básica.



Fonte: Adaptado da Pró-reitoria de Planejamento da UFMT (2024).

Gráfico 2 – Percentual dos ingressantes nos cursos de graduação bacharelado.

Fonte: Adaptado da Pró-reitoria de Planejamento da UFMT (2024).

Gráfico 3 – Percentual dos ingressantes nos cursos de graduação licenciatura em 2024.

Fonte: Adaptado da Pró-reitoria de Planejamento da UFMT (2024).

Os gráficos indicam que a maioria dos acadêmicos que ingressaram no Campus Cuiabá e Várzea Grande no ano de 2024 são de origem Negra, sendo que no primeiro gráfico temos o registro de 106 ingressantes no curso de graduação em Educação Física (área básica), apresentando um percentual de 51,9% de Pardos; já no segundo gráfico que contempla os ingressantes em cursos bacharelados, do total de 2223 ingressantes temos o percentual de 47,6%

de Pardos e no terceiro gráfico abrangendo os cursos de licenciatura (habilitação para docência) com 617 ingressantes, o percentual é de 50,9%.

Como se pode observar nos gráficos apresentados a negritude está se fazendo presente na UFMT, e para o alcance destes percentuais destacamos a atuação das bancas de heteroidentificação durante o processo de ingresso coibindo tentativas de fraudes e a amplificação de suas ações para além dos muros da universidade, onde a sociedade tem conseguido compreender o real papel das políticas de ações afirmativas. A ampliação do diálogo com o judiciário e alinhamentos também se fazem necessários, visto que são acionados por candidatos indeferidos para o ingresso via cotas raciais, para que possamos juntos construir um país com mais equidade.

O enegrecimento, nesse sentido, não se refere apenas à cor da pele, mas a um processo político de afirmação identitária e de luta por direitos, por representatividade e por espaço. Surgiram coletivos negros, eventos afrodiaspóricos, discussões curriculares sobre negritude e resistência. A UFMT, ainda que de forma incipiente, começou a se reconhecer como um território também negro, situado em um estado com profundas raízes afro-indígenas.

Neste escopo, a Universidade Federal de Mato Grosso conta com a atuação efetiva do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE), que atua a mais de 20 anos na comunidade acadêmica e local, tendo, entre outras, as competências de: desenvolver e coordenar atividades de ensino, pesquisa e extensão; incorporar pesquisadores comprometidos com as investigações sobre relações raciais, população negra ou afrodescendentes e suas relações com a educação; publicar material de divulgação relativo aos trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo e outros sobre a mesma temática; fomentar a articulação entre a Universidade e as entidades de cultura negra; promover a articulação entre a Universidade e as Redes de Educação Básica; realizar parcerias com instituições governamentais e não governamentais, assim como atender as demandas sociais de acordo com seus objetivos e finalidades.

Cabe destacar a atuação do NEPRE como referência na instituição das Comissões de Heteroidentificação na UFMT e em outras instituições federais de ensino superior, propiciando a formação ininterrupta e reflexões sobre o processo de heteroidentificar. Destacamos ainda, a atuação efetiva do Conselho de Políticas de Ações Afirmativas vinculado a Pró-reitoria de Assistência Estudantil que apresentam demandas, proposições e apoio junto a Gestão Superior em prol das Políticas de Ações Afirmativas. E registrar o papel fundamental do Coletivo Negro Universitário (CNU) como espaço de acolhimento e fala, atuando principalmente na

permanência dos estudantes Negros na UFMT.

Permanência e Sucesso: Para Além do Acesso

O ingresso na universidade é apenas o início da jornada. Permanecer e concluir o curso são desafios marcados por obstáculos estruturais. A desigualdade econômica, a violência racial simbólica, a ausência de representatividade docente e o eurocentrismo curricular são barreiras que atravessam a trajetória dos estudantes negros.

Nesse contexto, políticas de permanência como concessão de bolsas e auxílios, moradia, alimentação e apoio psicológico são fundamentais. Mas tão importante quanto isso é a existência de uma ambiência que reconheça, valorize e respeite a identidade negra. A presença das bancas de heteroidentificação, ao garantir a legitimidade das ações afirmativas, também fortalece a construção de um espaço universitário menos hostil à negritude e que proporcione a reflexão ao racismo estrutural.

A UFMT precisa atuar de forma pró-ativa para desenvolver ações com foco no reconhecimento da atuação das comissões de heteroidentificação para a garantia de direitos da população negra. As comissões não existem apenas para cumprir um dos requisitos de ingresso, uma etapa de um processo seletivo, nem tampouco contribuir para a elevação da taxa de ingressantes ou mera burocracia dos atos normativos que regulam as ações afirmativas, mas sim cumprir seu precípuo papel de incluir pessoas negras, sejam elas pretas ou pardas na academia e promover sua permanência por meio de auxílios assistenciais financeiros e psicossocial.

Destarte, não tem como se falar em cotas raciais sem mencionar os impactos financeiros e psicológicos, pois nada é conquistado sem o travamento de batalhas para que os Negros consigam se firmar nos espaços escolhidos, seja no meio acadêmico ou profissional. Pois, a população negra precisa se manter em destaque para ter o mérito desejado, e ainda assim, corre o risco de sofrer preconceito no exercício da profissão escolhida.

Quem escolhe o árduo (e porque não dizer prazeroso) caminho da educação, aprende a conhecer seus desafios, obstáculos e que todo esse enfrentamento nada mais é do que honrar àqueles que vieram antes de nós, que lutaram para que os muros da branquitude fossem rompidos, ante a toda articulação e atuação do Movimento Negro Unificado como precursor das ações em prol das cotas raciais, que resultaram em leis, decretos, atos normativos para o cumprimento das políticas públicas.

Desafios, Letramento Racial e Potências Negras

Apesar dos avanços, as bancas de heteroidentificação ainda enfrentam resistências. São alvos de críticas que as acusam de “tribunais raciais”, revelando o incômodo de setores que recusam a racialização da política pública. É preciso, contudo, reconhecer que essas bancas não racializam: elas apenas tornam visível uma racialização já existente e estruturante da sociedade brasileira.

Um dos maiores desafios para a efetivação das políticas de cotas raciais reside na ausência de letramento racial, que compromete tanto a compreensão crítica do racismo quanto a afirmação identitária das pessoas negras. A pesquisadora, consultora e ativista Silvine Ramos Lopes da Silva, liderança do movimento negro em Mato Grosso e referência nacional no tema, tem contribuído significativamente com essa agenda. Egressa da UFMT, Silvine articula teoria, prática e ancestralidade em projetos como o “Potências Negras Criativas”, iniciativa premiada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com o Prêmio Rodrigo de Melo Franco de Andrade no ano de 2024, que promove a valorização da memória e do conhecimento negro como forma de resistência e identidade.

Sua atuação revela que o letramento racial é a base sobre a qual se constrói a legitimidade da autodeclaração e, por consequência, o funcionamento justo das bancas de heteroidentificação. Sem esse processo formativo, o sujeito negro é impedido de se reconhecer como tal — e, portanto, de acessar direitos que lhe são historicamente devidos. Como ela aponta, a ausência de letramento racial nega o acesso e o conhecimento, quando cultivado, liberta e garante esse direito como política de reparação a situações irreparáveis. Nesse sentido, a heteroidentificação, para além de um protocolo técnico, se constitui como parte de um projeto político de justiça e memória.

Considerações Finais

As bancas de heteroidentificação, quando articuladas a uma perspectiva anticolonial e comprometida com a justiça racial, representam um passo fundamental para o enegrecimento da universidade pública. Mais do que corrigir distorções, elas reafirmam o direito à presença negra como legítima e necessária.

A experiência da UFMT revela que essas bancas têm contribuído para ampliar o acesso, fortalecer a permanência e impulsionar o sucesso acadêmico da população negra em Mato

Grosso. Mas o caminho ainda é longo. É preciso seguir tensionando a estrutura, ampliando o debate e fortalecendo as políticas que visam não apenas incluir, mas transformar.

Referências

Carneiro, A. S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://repositorio.usp.br/item/001465832>.

Davis, A. (2016). *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.

Garcia, M. F. (s.d.). *Capoeira já foi crime no Brasil, previsto no Código Penal*. Observatório 3º Setor. <https://observatorio3setor.org.br/capoeira-ja-foi-crime-no-brasil-previsto-no-codigo-penal/>.

Gomes, N. L. (2017). *Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes.

Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar.

hooks, b. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Munanga, K. (2010). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes.

Universidade Federal de Mato Grosso. (2024). *Painel de Indicadores 2024*. <https://www.ufmt.br/pro-reitoria/proplan/pagina/paineis-de-indicadores/10277>.

Correio Braziliense. (2025, agosto 9). *Proibida, perseguida e resistente: a história desta arte marcial e dança afro-brasileira*. <https://www.correiobraziliense.com.br/aqui/2025/08/09/proibida-perseguida-e-resistente-a-historia-da-capoeira-no-brasil/>.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais* (pp. xx-xx). Buenos Aires: CLACSO.

Ribeiro, D. (2019). *Lugar de fala*. São Paulo: Jandaíra.

Silva, S. R. L. da. (2024). *Potências negras criativas* [Projeto premiado pelo IPHAN – Prêmio Rodrigo de Melo Franco de Andrade, 2024].

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 05/02/2026
Aprovado em: 27/02/2026
Publicado em: 17/03/2026

Received on February 05th, 2026
Accepted on February 27th, 2026
Published on March, 17th, 2026

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Silva, S. R. L., & Oliveira, K. C. S. (2026). Bancas de Heteroidentificação e o Enegrecimento da Universidade: Políticas de Igualdade Racial na UFMT em Perspectiva Anticolonial. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 11, e20496.

ABNT

SILVA, S. R. L.; OLIVEIRA, K. C. S. Bancas de Heteroidentificação e o Enegrecimento da Universidade: Políticas de Igualdade Racial na UFMT em Perspectiva Anticolonial. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 11, e20496, 2026.